

# AS NOVAS FORMAS SOCIAIS DO TRABALHO NO MEIO RURAL: A PLURIATIVIDADE E AS ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS<sup>1</sup>

*Sérgio Schneider<sup>2</sup>*

## Resumo

Este trabalho aborda as transformações no mercado de trabalho rural e analisa o aparecimento da pluriatividade em unidades familiares com domicílio no meio rural. Busca-se demonstrar que as transformações no mercado de trabalho se refletem em mudanças nas relações sociais no meio rural, sobretudo através do aparecimento das famílias pluriativas, que são aquelas em que ocorre a combinação da ocupação da força de trabalho disponível em atividades agrícolas e não-agrícolas. Uma seção do artigo é dedicada especificamente à discussão analítica e conceitual da pluriatividade, argumentando-se que a discussão das mudanças nas formas de trabalho no meio rural não deve confundir o que ocorre em nível de mercado de trabalho e no âmbito das unidades familiares. Nas seções seguintes apresentam-se as principais transformações no mercado de trabalho rural e ressalta-se a importância do emprego e da ocupação das pessoas com domicílio rural em atividades não-agrícolas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os dados mostram que em 1999, do total de 529 mil famílias domiciliadas na área rural não-metropolitana (que representa 91% do total das famílias rurais) 270,1 mil (51,1%) eram exclusivamente agrícolas, 88,9 mil (16,79%) pluriativas e 120,03 mil (22,67%) ocupadas exclusivamente em atividades não-agrícolas. A base de dados utilizada foi a PNAD, pesquisa amostral realizada anualmente pelo IBGE, e informações coletadas através de uma pesquisa de campo realizada no município de Barão, Rio Grande do Sul. Tanto os dados secundários

<sup>1</sup> Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas no XLI Congresso da SOBER, realizado em Juiz de Fora, de 27-30 de julho de 2003 e nas Terceiras Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales, realizado em Buenos Aires, 5-7 de novembro de 2003. O autor registra seus agradecimentos aos colegas que fizeram sugestões e críticas às versões anteriores, eximindo-os das lacunas que eventualmente persistam na presente versão. A compilação dos dados contou com o apoio dos bolsistas de iniciação científica (PIBIC/CNPq) Guilherme W. Radomsky e Ana Luíza Müller.

<sup>2</sup> Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Departamento de Sociologia da UFRGS. Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa). Endereço Av. João Pessoa, 31, Centro - Porto Alegre, RS 90.040-000 E-mail: schneide@ufrgs.br

como os primários indicam que está em curso uma redução no número de pessoas ativas ocupadas em atividades agrícolas e um crescimento no número de pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas. No pequeno município Barão, localizado na Encosta Superior da Serra gaúcha, 45% os membros das famílias eram pluriativos, 36% exclusivamente agrícolas e 14,3% dedicavam-se exclusivamente a atividades não-agrícolas.

Palavras-chave: trabalho, pluriatividade, mercado de trabalho rural, emprego rural.

#### Abstract

THE NEW SOCIAL FORMS OF RURAL WORK: PLURIACTIVITY OF RURAL AND NON AGRICULTURAL ACTIVITIES - This paper analyses the transformations in the rural labor market and the pluriactivity in family farms. We intend to show that the transformations in the labor market produces changes in the rural social relations, mainly through the introduction of pluriactive families, where there is the combination of labor force invested in agricultural and non-agricultural activities. One section of the paper discusses specifically the conceptual and analytical dimensions of pluriactivity. In the following sections we present the main transformations in the rural labor market and the importance of non-agricultural activities for people living in rural areas. In the state of Rio Grande do Sul, for instance, data show that in 1999, of a total of 529,000 families living in rural non-metropolitan areas (which represent 91% of all rural families), 51.1% were exclusively farmers, 16.79% were pluriactive and 22,67% were linked exclusively to non-agricultural activities. Data base used in this study consisted of PNAD, a sample research promoted annually by IBGE, and information gathered through a field research in the county of Barão, Rio Grande do Sul, Brazil. Both secondary and primary data show a reduction in the number of people involved in agricultural activities and an increase in the number of people with rural residence linked to non-agricultural activities. In the small county of Barão, 45% of the family members were pluriactive, 36% were exclusively farmers, and 14.3% were dedicated exclusively to non-agricultural activities.

Keywords: labor, pluriactivity, rural labor market, rural employment.

#### INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, o estudo do emprego e das rendas em atividades não-agrícolas passou a ganhar destaque entre os estudiosos do desenvolvimento rural. Duas publicações oferecem um panorama geral do debate que vem sendo realizado em âmbito internacional. Primeiramente, o número especial da Revista World Development

(2001, vol. 29, nº03), que trata exclusivamente do debate sobre as atividades não-agrícolas na América Latina, oferecendo um amplo espectro de trabalhos que indicam que o fenômeno da combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas é disseminado por vários países da região, tanto naqueles que possuem uma agropecuária mais modernizada como Brasil, Chile e México ou aqueles onde a incorporação do padrão técnico-produtivo da revolução verde alcançou proporções menos intensivas como Peru, Honduras e El Salvador. O segundo trabalho importante sobre o papel das atividades não-agrícolas no desenvolvimento das economias rurais é o livro organizado por Ruben G. Echeverría (2001), responsável pelo Departamento de Desenvolvimento sustentável de um importante organismo financeiro internacional, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Neste trabalho, em artigo introdutório, Janvry e Sadoulet (2001, p. 09) afirmam que “é impossível compreender a pobreza rural sem considerar o elemento extra-agrícola e especialmente os componentes não agrícolas das rendas dos domicílios (...) a conclusão é que o combate à pobreza deve abarcar as múltiplas fontes de ingresso do habitante rural pobre”. Neste sentido, ambas as publicações, além de adicionar legitimidade acadêmica e política a um tema que já vinha sendo estudado há mais tempo por cientistas sociais, buscam vinculá-lo a um aspecto crucial da realidade rural dos vários países da América Latina, que se refere ao problema da pobreza e da exclusão social no campo.

Segundo Berdegue, Reardon e Escobar (2001, p. 184) o emprego rural não-agrícola é atualmente responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina e há uma clara tendência apontando para seu crescimento na região. Segundo estes autores, a importância das atividades rurais não-agrícolas está no fato de que elas podem integrar soluções para três grandes problemas do mundo rural latino-americano, que são a pobreza rural, a transformação do setor agropecuário e a modernização técnico-produtivo. Estudo da CEPAL (2000) indicou que as rendas de atividades não-agrícolas assumem um caráter extremamente importante para as populações rurais mais pobres, muitas vezes significando a única renda monetária para estas famílias. No que concerne à transformação do setor agropecuário e à sua modernização produtiva, as atividades não-agrícolas tendem a representar uma oportunidade de emprego complementar, pois à medida que houver maior apropriação de tecnologias pela agricultura tende a aumentar o número de ocupações nos serviços ligados ao agroprocessamento e beneficiamento de produtos.

Por estas razões, é cada vez mais aceito entre os estudiosos do mundo rural que está em marcha um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural. Isto se deve ao fato de que, especialmente a partir da década de 1990, vem-se assistindo a um crescimento significativo de pessoas em idade ativa que residem nas áreas rurais mas estão ocupadas em atividades não-agrícolas. Este fenômeno reforça um clássico argumento dos cientistas sociais que afirmam que além da função de produção de alimentos e matérias-

prima o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, etc; enfim, um espaço multifuncional.

## 1 PLURIATIVIDADE VERSUS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Desde alguns anos, os esforços da equipe de pesquisa do Projeto Rurbano têm estimulado um debate interessante sobre as características populacionais e ocupacionais do meio rural brasileiro. Embora os avanços obtidos a partir do projeto Rurbano sejam variados, acredita-se que sejam três as principais conclusões alcançadas até o momento. A principal é de que está em curso uma diminuição consistente da população economicamente ativa (PEA) brasileira ocupada nas atividades agrícolas e que já não se pode ignorar o crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural. A segunda verificação é de que este crescimento das atividades não-agrícolas no ambiente rural está contribuindo para o desenvolvimento da pluriatividade das famílias rurais, que se refere à situação em que pelo menos um de seus membros, independente de sua posição na hierarquia doméstica, trabalha em uma atividade não-agrícola. A terceira averiguação do Rurbano, decorrente da anterior, é de que estas transformações ocupacionais e demográficas impõem aos estudiosos e interessados em conhecer o "mundo rural" a necessidade de separar o espaço de seu conteúdo, ou seja, romper com a falsa idéia de que o rural se restringe ou é sinônimo de agricultura.

Não obstante estas contribuições inovadoras, a discussão sobre o caráter da "nova" ruralidade brasileira relacionada às transformações ocupacionais acabou produzindo determinadas interpretações equivocadas. A primeira e mais forte delas está relacionada ao fato de que ao voltar sua atenção à dinâmica das atividades não-agrícolas, alguns pesquisadores acabaram não enfatizando que o crescimento das ocupações não-agrícolas no meio rural não implicaria, inexoravelmente, no desaparecimento ou na diminuição da importância da agricultura e da pecuária como atividades produtoras de fibras e alimentos para o consumo humano. A ênfase exacerbada ao crescimento das ocupações não-agrícolas e à pluriatividade, acabou dando margem para que os críticos do projeto Rurbano passassem a argumentar que seus pesquisadores estariam preconizando o fim da agricultura e a emergência de um "novo rural" essencialmente não-agrícola. Embora divulgadas e utilizadas como críticas fundamentadas, estas interpretações estão, obviamente, equivocadas tanto pelo exagero como pela inconsistência.

A segunda interpretação, que também carece de fundamentação analítica e comprovação empírica ainda mais consistente (embora já haja trabalhos nesta direção), está relacionada à afirmação de que o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro implicaria, *mutatis mutandis*, na expansão da pluriatividade das famílias rurais. Este tipo de entendimento, acaba criando uma confusão entre a dinâmica do

mercado de trabalho e o processo de transformação que ocorre na composição das famílias rurais, que passam a ter entre seus membros indivíduos que exercem mais de uma atividade produtiva, sendo uma delas a agricultura. A pluriatividade é um fenômeno observável no âmbito das famílias rurais, porque pluriativas elas passam a ser à medida que ocorre a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem. Já as atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas.

A separação destas duas dimensões de um mesmo fenômeno permite que se analise, de um lado, a dinâmica do mercado de trabalho que é dado pelo crescimento ou diminuição das taxas de ocupação nesta ou naquela atividade econômica e, de outro, as alterações no perfil sócio-profissional e identitário das famílias rurais. Isto leva o estudioso a aceitar que nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, ocupadas neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias. Não se pode esquecer que os indivíduos que formam uma determinada família podem optar entre combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural.

Assim, a abordagem das transformações do mercado de trabalho rural de atividades não-agrícolas e a pluriatividade passam a exigir, também, ferramentas metodológicas e analíticas distintas. As alterações na dinâmica ocupacional podem ser facilmente captadas a partir das estatísticas dos dados secundários fornecidos pelas PNADs. Já o estudo da pluriatividade e seus efeitos nas famílias rurais demanda instrumentos qualitativos, tais como a pesquisa de campo com aplicação de questionários e estudos de caso.

## 2 O QUE É PLURIATIVIDADE?

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas.

Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico

em que estiverem situados. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas.

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define o fenômeno da pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. A pluriatividade também pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infra-estrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e tendências de tais fenômenos.

A pluriatividade não é um fenômeno marginal ou transitório confinado a determinadas situações particulares como também não representa um processo com tendência à generalização para todos os grotões rurais. A pluriatividade aparece em contextos e situações onde a integração dos agricultores à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas.

Embora não exclusivamente, a pluriatividade pode ser observada com maior proeminência entre os agricultores familiares, especialmente naquelas regiões onde esta forma social possui uma história de ocupação do espaço e do território. Isto implica em analisar como se dá a articulação entre o contexto social e econômico e as decisões dos indivíduos pertencentes a um grupo familiar. Implica em descobrir por que razão algumas famílias que são proprietárias de um pequeno pedaço de terra e trabalham na produção agropecuária, ligadas entre si por laços de parentesco e de consanguinidade, passam a estimular os seus membros a buscarem empregos e ocupações não-agrícolas, oferecidas por setores como a indústria da transformação, da construção e a prestação de serviços de toda ordem.

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agr. tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram utilizados quase sempre como sinônimos. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo, mais ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, mais do que meras diferenças etimológicas (que em certa medida expressam a dificuldade do diálogo intelectual entre essas duas tradições), uma leitura atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores. Nos anos mais recentes, as diferenças semânticas e até mesmo as concepções teóricas acerca das noções mencionadas se alteraram significativamente na literatura internacional, podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade.

Esse processo de afirmação do termo culminou com a adoção da noção de pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades familiares. De acordo com Fuller (1990, p. 367) e Newby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). A expressão tem sido "[...] bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (*cash*), mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais" (Fuller, *idem*). Com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar os diferentes contextos onde o fenômeno se manifesta, inclusive os pequenos produtores não integrados aos diversos mercados, os grupos identificados com o campesinato, como também examinar as relações entre o trabalho formal e informal.

Quanto ao estatuto teórico e analítico da noção de pluriatividade há críticas e limitações ao seu uso, sobretudo devido ao fato do termo se referir a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar), acesso a um maior nível de renda, afirmação sócio-profissional ou até mesmo um estilo de vida.

Uma revisão da literatura internacional que trata dos temas das formas familiares de trabalho e da pluriatividade permite afirmar que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos sobre tais temas localizam-se em torno de uma corrente do pensamento

social denominada “Sociologia da Agricultura” (BUTTEL, LARSON & GILLESPIE JR., 1990)<sup>3</sup>. Os autores que mais se aproximam das convicções teóricas analíticas perseguidas nesse trabalho são Marsden e Fuller.

O esforço de Marsden para interpretar o processo de reestruturação capitalista e o papel da agricultura familiar e da pluratividade distingue-se, em alguma medida, dos outros autores da Sociologia da Agricultura e da Economia Política pelo seu empenho em compatibilizar a análise das transformações estruturais (encapsulada na utilização recorrente da idéia de “reestruturação capitalista”) com as mutações da agricultura familiar.

Na opinião de Marsden, em razão do recuo do padrão fordista de produção (também chamado de “pós-productivismo”) na agricultura, revitalizam-se formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluratividade a expressão mais eloqüente desse redirecionamento (MARSDEN, 1995, p.291). Assim, o espaço rural, que durante o fordismo se limitara a cumprir suas funções produtivas agrícolas, vai ganhando novas atribuições e aparece como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas. Entre as novas funções do espaço rural, o autor destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia, por exemplo) e serviços (eco-turismo, atividades ligadas a preservação ambiental, etc), tentando mostrar que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matérias-primas. Portanto, para se compreender o rural é preciso ir além da perspectiva do *agri-food system* e recolocar a análise nos termos das relações de produção e consumo e da relação do espaço local com as mutações globais, a partir de uma perspectiva espacial e temporal apoiada na noção de desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, Marsden propõe que o conceito-chave para explicar a nova configuração sócio-econômica e espacial do rural é a *commoditization* que, “...representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos – neste caso – a objetos rurais e agrícolas e também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal o qual transforma, por exemplo, o processo de trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, pelo contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam” (MARSDEN, 1995, p. 293, grifado no original)<sup>4</sup>.

Com base nessas formulações, Marsden considera que a pluratividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio

<sup>3</sup> Em Schneider (2003) encontra-se uma revisão mais aprofundada desta literatura internacional.

<sup>4</sup> Em outro trabalho, Marsden define a mercantilização como “...o processo de *commoditization*, em linhas gerais, envolve a extensão da forma mercadoria a novas esferas de atividade ou, o que é mais usual nas economias avançadas, a superposição de novos tipos de relações mercantis” (Marsden, 1989, p.314).

Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato (MARSDEN & FLYNN, 1993). O autor acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o exercício da pluratividade pelas famílias rurais. Nesse sentido, Marsden vê a pluratividade como uma configuração *par excellence* das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos de realocização econômica.

Mesmo assim, embora Marsden insista no fato de que a pluratividade seja uma decorrência da reconfiguração social, econômica e espacial da reestruturação capitalista, também chamada de fase pós-fordista, o autor reconhece que estes elementos “exógenos” (especialmente o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas) não são suficientes para explicar inteiramente o fenômeno da pluratividade. Para se compreender que tipo de impactos diferenciados essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluratividade como estratégia de reprodução social, Marsden sugere que se analisem as relações sociais internas das propriedades e os seus processos produtivos (1990, p. 378). Nestes termos, Marsden sugere que se “abra conceitualmente” a *farmhouse door* a partir do estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho.

Outro autor que se constitui em importante referência é Anthony Fuller. Embora não afirme explicitamente sua adesão à Sociologia da Agricultura, seu referencial analítico é notoriamente ligado à “perspectiva crítica”, embora integre uma corrente teórica difusa e eclética que, de modo geral, está de acordo com a interpretação da pluratividade a partir dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado (no caso o mercado de trabalho), enfatizando que a natureza da divisão interna do trabalho exerce uma influência decisiva sobre as estratégias de reprodução adotadas por essas unidades. De forma mais ou menos explícita, Fuller parece concordar com a idéia de que pode-se explicar a pluratividade a partir da dinâmica interna das unidades familiares e de sua relação com o ambiente social e econômico externo.

Em seus trabalhos, especialmente atuando como consultor principal do projeto sobre “Estruturas Agrárias e Pluratividade das Famílias Agrícolas (1987-1990)”, Fuller foi um dos precursores da idéia de que deve-se estudar a pluratividade a partir da dinâmica interna da família, além de perceber suas reações ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local (FULLER, 1987; 1990; FULLER & MACKINNON, 1989). Para Fuller a pluratividade é um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária (BRUN & FULLER, 1991, p.25).

Nesse sentido, para Fuller, a pluratividade apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica

fundamental seja a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho (1990, p. 368). Do ponto de vista teórico e conceitual, isso implica na definição de três níveis de análise do fenômeno, que foram utilizados no estudo realizado pelo Arkleton Trust. O primeiro apanha a pluriatividade como uma expressão da economia regional (ou local). Nesse caso, trata-se da sua projeção espacial e no contexto regional ou local, bem como de suas interações com a estrutura econômica e as condições sócio-culturais e políticas. O segundo nível refere-se à abordagem da família como uma unidade decisiva para analisar a agricultura e a pluriatividade. A alocação de recursos em trabalho da família entre a agricultura e as outras atividades não-agrícolas remuneradas é decisiva à compreensão da pluriatividade. O último nível de análise, por sua vez, refere-se à interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das mudanças rurais, onde elementos como o tamanho das famílias, sua composição e a disponibilidade para o trabalho fora da propriedade são decisivos (BRUN & FULLER, 1991, p. 26 a 28).

A partir dos elementos teóricos delineados pode-se afirmar que a unidade de observação pertinente ao estudo da pluriatividade é a família, entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas. Embora seu objetivo seja a reprodução material, cultural e moral do grupo, não há caminho pré-determinado ou estratégias definidas *ex ante*, mesmo que nos casos empíricos estudados a inserção no mercado de trabalho de atividades não-agrícolas seja uma alternativa freqüentemente trilhada pelos membros da família, o que poderá não se repetir se esta mesma definição for utilizada para investigar outros contextos sociais e econômicos.

Em qualquer pesquisa sobre a pluriatividade o investigador se defrontará com a incômoda questão de distinguir, operacionalmente, as famílias pluriativas das famílias de agricultores (portanto não-pluriativas). Esta separação poderá adotar como critério de distinção o tipo de atividade que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Assim, será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um de seus membros estiver ocupado em atividade estranha à agropecuária. Em razão da grande variedade de atividades existentes no meio rural, a distinção entre o que é agrícola e não-agrícola muitas vezes é tênue e/ou controversa. Para não deixar que esta controvérsia imobilize a investigação, há que admitir um certo grau de arbitrariedade e apresentar justificativas metodológicas razoáveis para sustentá-las.

Para operacionalizar a utilização da família como unidade analítica sugere-se, também, a separação heurística das unidades familiares em unidades de produção e grupos domésticos (NEVES, 1995; 1997 & CARNEIRO, 1998). Esta separação é particularmente útil ao estudo de situações onde as famílias ou os indivíduos recorrem às atividades

não-agrícolas como estratégias ou mecanismos para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos, em geral traduzidos na busca de rendas mais altas ou trabalhos menos penosos que a atividade agrícola. Conforme também haviam sugerido Fuller (1984) e Barthez (1982; 1987), a separação da unidade familiar em unidade de produção e grupo doméstico também pode funcionar como recurso operacional que permite ir além das necessárias, mas insuficientes, medidas da quantidade de tempo de trabalho, tipo de atividade e valor das rendas obtidas fora da propriedade como critérios definidores do que seja uma unidade pluriativa.

Assim, será possível evidenciar as diferentes formas de alocação do trabalho no interior da propriedade que variam entre unidades exclusivamente agrícolas e aquelas que combinam a agricultura com outros tipos de atividades. Este procedimento também permitirá compreender as variações da pluriatividade em situações onde as propriedades, seus sistemas produtivos e o contexto social e econômico são muito semelhantes. Além disso, a separação entre unidade de produção e grupo doméstico também permitirá ativar a variável da composição demográfica da família como elemento importante à compreensão da pluriatividade, bem como os efeitos diferenciados que decorrem da inserção do homem ou da mulher em atividades não-agrícolas.

### 3 MUDANÇAS RECENTES NAS FORMAS DE TRABALHO DO MEIO RURAL: AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

No Brasil, a partir de meados da década de 1990, emerge um debate vigoroso sobre as alterações nos mercados de trabalho rurais, com destaque para análise das atividades não-agrícolas. A maior parte dos estudos realizaram-se sob os auspícios do Projeto Rurbano, que constitui-se em projeto temático de equipe coordenado desde seu início pelo Professor José Graziano da Silva e, mais recentemente, na Fase III pelo Professor Rodolfo Hoffmann, ambos da UNICAMP<sup>5</sup>.

Os primeiros trabalhos do Projeto Rurbano abordaram a dinâmica ocupacional do mercado de trabalho rural de São Paulo, um dos Estados brasileiros em que a modernização agrícola foi particularmente intensa nas últimas décadas. A partir dos esforços de José Graziano da Silva, alertado inicialmente pelo surpreendente desempenho do emprego não-agrícola na PNAD<sup>6</sup> (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de

<sup>5</sup> Participo do Projeto Rurbano desde 1997. Para obtenção dos documentos produzidos ao longo destes anos bem como o acesso à memória do Projeto consultar [www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano).

<sup>6</sup> A PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) é uma pesquisa amostral que toma como referência o universo dos dados fornecidos pelo último censo demográfico disponível e utiliza as informações por domicílio como unidade de análise. A PNAD cobre todo o País, exceto a área rural dos estados da antiga Região Norte, onde residem cerca de 2,5% dos habitantes do território nacional. Essa pesquisa só não é realizada nos anos do levantamento dos censos demográficos, quando passa por amplo

1992, o estudo das atividades rurais não-agrícolas ganhou projeção nacional.

As pesquisas do grupo demonstraram, entre outros resultados, que no período de 1981 a 1999 a população rural brasileira de mais de 10 anos de idade começou a mostrar uma lenta reversão, sendo que no período 1992-1999 registrou-se inclusive um pequeno aumento de 0,9%a.a.. Este comportamento estaria a revelar um fato novo, pois desde a década de 1960 os indicadores da dinâmica demográfica da população rural brasileira apontavam, invariavelmente, para sua redução década após década. Os dados do IBGE (apurados pelas PNADs) mostram que desde a década de 1980 a PEA rural brasileira que estava ocupada era composta por cerca de 14 milhões de pessoas, sendo que entre 1992 e 1999 houve um pequeno aumento absoluto, passando de 14,6 para 14,8 milhões de pessoas.

Tabela 1 - Brasil. População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo o local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas)

	1981	1992	1999 <sup>7</sup>	Tx. Crescimento (% a.a.)		
				1981/92 <sup>a</sup>	1992/99 <sup>b</sup>	
Pop. Total + de 10 anos	88.902,9	113.294,9	130.096,7	2,2***	2,0***	
População Urbana + de 10 anos	64.669,1	89.510,7	104.693,5	3,0***	2,3***	
População Rural + de 10 anos	24.233,8	23.784,5	25.402,2	-0,2*	0,9***	
PEA rural Ocupada	13.795,7	14.689,2	14.850,5	0,6***	-0,2	
PEA Rural ocupada	Agrícola	10.735,9	11.192,5	10.230,5	0,4***	-1,7***
	Não-agrícola	3.060,8	3.496,7	4.620,0	1,2***	3,7***
PEA Rural não-ocupada	Desempregados	139,4	312,0	594,6	7,6***	10,8***
	Aposentados	1.240,0	1.517,1	2.235,8	1,9***	5,7***
	Outros	9.057,8	7.266,1	7.721,3	-2,0***	1,4***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RÚRBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Teste t indica a existência ou não de tendência.

(\*\*\*), (\*\*) e (\*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

processo de revisão. Por serem realizadas nos períodos inter-censitários desde 1967, as PNADs já são consideradas por muitos pesquisadores como a fonte de informação demográfica mais abrangente sobre a realidade sócio-econômica brasileira pelo fato de permitir um acompanhamento atualizado da evolução das condições de vida e de ocupação da população.

<sup>7</sup> Dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE [www.ibge.gov.br] mostram que a população brasileira em 2000 era formada por 169.799.170 milhões de pessoas, registrando uma taxa de crescimento anual na década de 1990 de 1,62%a.a. (na década de 1980 o crescimento vegetativo da população foi de 1,77%a.a.).

Por causa destas alterações demográficas e ocupacionais, alguns estudiosos passaram a olhar com mais cuidado para o espaço rural. Logo perceberam que a relativa estabilização da população ocupada não significava que a agricultura estivesse revertendo uma tendência histórica e conseguindo reter as pessoas nos espaços rurais através da ampliação dos empregos diretos no setor agrícola. Ao contrário, quando os analistas começaram a estudar o perfil da PEA rural brasileira segundo os setores de atividades em que as pessoas estavam ocupadas (agrícola ou não-agrícola), perceberam claramente que os ativos ocupados na produção agrícola *strictu sensu* continuavam se reduzindo expressivamente, sobretudo na década de 1990, que registrou uma diminuição de 1,7%a.a., passando de 11,1, em 1992, para 10,2 milhões, em 1999, de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Mas os estudos recentes também demonstraram que a explicação para o fenômeno da estabilização da PEA rural ocupada nas décadas recentes está no comportamento das pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas, que aumentaram de 3,06 milhão de pessoas em 1981 para 3,49 em 1992, chegando a 4,62 milhões de pessoas em 1999. Isto representa um aumento de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho no período de duas décadas, o que não é nada desprezível quando se leva em conta o cenário das transformações recentes dos mercados de trabalho e as dificuldades com que se defrontam as economias capitalistas para gerar novos postos de trabalho.

Este crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas da população rural não é um fenômeno inteiramente novo e desconhecido. Em outro trabalho (SCHNEIDER, 2000), buscou-se demonstrar a importância destas ocupações nos países desenvolvidos. Na América Latina, os trabalhos de Klein (1992), Weller (1997) e, mais recentemente, Berdegué, Reardon e Escobar (2001, p. 192) demonstraram que as ocupações em atividades não-agrícolas na região atingiam em torno de 22% no final da década de 1980. Na década de 1990 registrou-se um crescimento em todos os países da América Latina dos empregos em atividades não-agrícolas. Este crescimento é mais expressivo no caso das mulheres, pois em nove países da região verifica-se uma variação de 65% a 93% de participação das mulheres no mercado de trabalho rural não-agrícola.

A partir dos resultados das pesquisas realizadas pelo Projeto Rurbano foi se afirmando no Brasil a idéia de que o crescimento das atividades não-agrícolas implicaria, na mesma medida, no incremento da pluriatividade das famílias rurais. Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (1998), no Brasil, além do crescimento das ocupações não-agrícolas estar contribuindo para o aumento do emprego rural ele também seria responsável pela disseminação da pluriatividade das famílias rurais. Nos cálculos de Del Grossi e Graziano da Silva a pluriatividade afetaria em torno de 1,8 milhão (cerca de 24%) do total de 7,5 milhões de domicílios rurais existentes no país (1998, p. 36). Quando considerados também os domicílios urbanos (que somam um total de 3,4 milhões, dos quais cerca de 2 milhões são também pluriativos) onde pelo menos um de seus membros trabalha na agricultura (este é o caso dos trabalhadores que residem em áreas definidas

como urbanas mas que têm seu trabalho e ocupação em atividades agrícolas), esta proporção sobe para 35% do conjunto das famílias brasileiras que podem ser consideradas pluriativas.

Contudo, conforme já ressaltado, este crescimento das atividades não-agrícolas não deve ser, imediatamente, associado ao aparecimento da pluriatividade nas famílias rurais. O crescimento das atividades não-agrícolas está relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. A pluriatividade, por sua vez, caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais, agrícolas e não-agrícolas, dos membros que pertencem a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não-agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir o estudo das atividades não-agrícolas com a análise da pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

Acredita-se que os estudos recentes realizados no Brasil sobre as atividades não-agrícolas acabam associando equivocadamente as alterações que estão ocorrendo nos mercados de trabalho com os processos microsociais que transcorrem a partir das decisões e estratégias dos indivíduos e suas famílias. É preciso considerar que a ampliação das atividades não-agrícolas que está ocorrendo com virtuosidade nos espaços rurais brasileiros pode não implicar em um aumento proporcional de famílias pluriativas. Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas em um determinado contexto social e econômico, é preciso notar que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem. Ao não considerar este aspecto fundamental, muitos analistas acabam afirmando que a pluriatividade é uma característica transitória e efêmera com tendência ao desaparecimento.

#### 4 A DINÂMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO RIO GRANDE DO SUL

Para se compreender a dinâmica do mercado de trabalho rural gaúcho no período recente pode ser sugestiva uma reflexão preliminar sobre o desenvolvimento demográfico mais geral da população rural. A *grande novidade*, parece estar na significativa alteração do comportamento da população rural, cuja queda histórica parece estar se revertendo. Com base nos dados da PNAD de vários anos da década de 1990, expostos na Tabela 2, é possível verificar que a taxa de crescimento da população urbana do Rio Grande do Sul que era de 1,6% a.a. entre 1992 e 1999 diminuiu para 1,2% a.a. entre 1996 e 1999. A

população rural, por sua vez, passou de 2.110.400 habitantes em 1992 para 2.034.900 em 1999, reduzindo seu ritmo de queda, que foi de apenas 0,4% a.a. na década. A inversão parece corroborar-se quando se observa apenas o período 1996-1999, quando se percebe mais claramente a tendência à desaceleração da urbanização da população e ao aumento, de pequena proporção, da ordem 0,7% a.a., da população domiciliada em áreas rurais.

No que se refere especificamente a PEA rural, verifica-se que entre 1992 e 1999 houve uma redução de 2,6% ao ano do número de ativos ocupados em atividades agrícolas, passando de 964 mil ocupados em 1992 para 789 mil em 1999, o que representa uma perda de 174,64 mil ocupações. A relativa estabilidade da PEA rural total, deve-se, neste caso, ao crescimento expressivo do número de ativos que têm domicílios em áreas rurais do Rio Grande do Sul, mas estão ocupados em atividades não-agrícolas. A PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas aumentou de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1999 (o que corresponde a um aumento de 55,24 mil ocupações), registrando uma taxa anual de crescimento de 2,7% entre 1992 e 1999 e de 4,5% a.a. quando tomados apenas os anos entre 1996 e 1999.

Tabela 2 - Rio Grande do Sul. População total, urbana e rural, e PEA rural, metro e não-metropolitana, segundo ramos de atividade 1992-99. (1.000 pessoas).

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas de cresc. % aa	
								1992/99	1996/99
Total da População do RS	9.246,79	9.355,55	9.572,21	9.678,41	9.787,18	9.891,86	9.996,46	1,1 ***	1,1 ***
Total da População Urb.	7.136,38	7.298,19	7.565,94	7.673,67	7.795,86	7.841,81	7.961,56	1,6 ***	1,2 ***
Total da População Rural	2.110,40	2.057,36	2.006,28	2.004,73	1.991,32	2.050,05	2.034,90	-0,4 *	0,7
Total da PEA Rural Ocupada	1.261	1.202	1.168	1.178	1.139	1.162	1.142	-1,2 ***	-0,7
Agrícola	964,02	915,61	882,19	872,39	815,25	833,62	789,38	-2,6 ***	-2,7 *
Não-Agrícola	297,13	286,27	285,85	305,45	324,06	328,47	352,37	2,7 ***	4,5 ***
PEA Rural Metro Ocupada	61,77	63,61	65,36	66,44	70,41	73,16	75,54	2,9 ***	4,3 ***
Atividades Agrícolas	23,02	25,81	26,27	24,08	21,46	20,93	23,26	-1,7	-1,3
Atividades Não-Agrícolas	38,75	37,80	39,09	42,35	48,95	52,23	52,28	5,3 ***	7,2 **
PEA Rural Não-Metro Ocupada	1.199,37	1.138,27	1.102,67	1.111,41	1.068,91	1.088,93	1.066,21	-1,4 ***	-1,1
Atividades Agrícolas	941,00	889,80	855,91	848,31	793,79	812,69	766,12	-2,6 ***	-2,8 *
Atividades Não-Agrícolas	258,38	248,47	246,76	263,10	275,12	276,24	300,09	2,2 ***	4,1 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Esta verificação subscreve uma das principais conclusões apontadas em trabalhos anteriores do Projeto Rurbano, qual seja, a de que está em curso uma diminuição do número de ativos nas áreas rurais brasileiras. No Rio Grande do Sul, em particular, a

redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas ocorre principalmente nas áreas rurais não-metropolitanas, onde se verificou uma queda de 2,6% a.a. entre 1992-99, conforme indicado na Tabela. Aliás, uma análise cuidadosa dos dados da PEA rural não-metropolitana permite afirmar que a redução dos ativos rurais (-1,4% entre 1992-99) concentra-se nas atividades agrícolas, pois nas atividades não-agrícolas verifica-se um aumento de 2,2% a.a., entre 1992-99.

Talvez o fato mais relevante do comportamento do mercado de trabalho gaúcho na década de 1990 tenha sido o crescimento do número de pessoas domiciliadas em áreas rurais mas ocupadas em atividades não-agrícolas. Em razão da dinâmica do progresso tecnológico na agricultura, seria razoável esperar uma queda no número de ativos ocupados em atividades agrícolas. Mesmo assim, o que não era esperado é o crescimento do número de pessoas em domicílio rural mas ocupadas em atividades não-agrícolas, o que representou um verdadeiro alento ao mercado de trabalho rural no Rio Grande do Sul.

A Tabela 3, a seguir, indica que na década de 1990 as principais ocupações agrícolas tiveram um comportamento declinante. Somente a categoria dos trabalhadores rurais reduziu-se em 111 mil pessoas, entre 1992-99. Segundo a classificação da PNAD, trabalhadores rurais são os membros das famílias que fornecem ajuda nos momentos de maior demanda de mão-de-obra (colheita e plantio) de culturas como a soja, o fumo, etc. Outra ocupação que reduziu-se no meio rural gaúcho foi a dos agricultores por conta-própria, que teve uma queda de 43 mil ocupados entre 1992-99, e a dos empregados agrícolas, que diminuiu em cerca de 9 mil pessoas, no mesmo intervalo.

Tabela 3 - Rio Grande do Sul. Evolução da PEA rural total das principais ocupações das pessoas ocupadas na atividade agrícola-1992-99 (1.000 pessoas)

Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. crescimento a. a.	
								1992/99	1996/99
<b>Agrícola</b>									
Trabalhador rural	552,64	517,21	484,30	498,70	439,34	458,65	441,30	-3,0 ***	-3,2
Agricultor conta própria	326,15	329,71	328,02	317,30	293,29	323,26	283,12	-1,7 **	-2,4
Empregado agrícola	21,50	18,40	17,83	12,39	20,50	10,28	12,09	-7,9 **	-7,3

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RÛRBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A Tabela 4, apresenta os dados das PNADs para o conjunto da população rural e a PEA rural de todo o Estado, assim como a sua desagregação segundo os ramos de atividades não-agrícolas, para o período 1992-1999. Aqui fica mais evidente o comportamento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, verificando-se uma expres-

siva taxa de crescimento de 2,7% a.a. dos ocupados em atividades não-agrícolas entre 1992 e 1999 e de 4,5% a.a.. Isto significou um aumento de 55 mil postos de trabalho na década de 1990. Comparado ao desempenho da ocupação em atividades agrícolas, que perdeu 175 mil postos de trabalho, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não-agrícolas contribuiu para minimizar o impacto desta redução ocupacional.

Tabela 4 - Rio Grande do Sul. População rural e PEA rural ocupada e não ocupada, segundo ramos de atividade - 1992-99 (1.000 pessoas).

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. de crescimento% aa	
								1992/99	1996/99
Total da Pop. Rural	2.110,40	2.057	2.006,28	2.005	1.991,32	2.050,05	2.034,90	-0,4*	0,7
PEA Rural	1.261,14	1.201,9	1.168,03	1.177,8	1.139,31	1.162,1	1.141,75	-1,2***	-0,7
Ocupada em Ativ. Agrícola	964	915,61	882,19	872,39	815,25	833,62	789,3	-2,6***	-2,7*
Ativ. Não-agrícola	297,1	286,3	285,8	305,5	324,1	328,5	352,4	2,7***	4,5***
Ind. da Transform.	85,7	97,9	76,1	81,1	90,1	94,3	104,8	1,7	8,5***
Ind. da Construção	22,1	20,3	19	20,8	34,1	33,1	32,7	8,2***	14,2
Outras ativ. Ind.	15,7	8,2	13,5	13,4	10,4	7,5	11,8	-3,3	-6,9
Comércio de Merc.	31,4	31,9	33,1	41,9	33,4	32,9	40,6	2,6*	-1,0
Prest. de Serv.	77,5	68,3	79,4	85,0	83,1	87,7	79,3	2,0*	-1,6
Serv. Aux. ativ. econ.	3,1	4,4	8,7	5,3	8,4	8,8	10,3	16,8***	22,9**
Transp. e Comunic.	8,6	10,7	11,8	14,8	11,5	12,4	16,8	7,2***	4,6
Social	33,2	26,6	25,2	19,8	33	31,6	31,1	0,8	14,1
Administr. Públ.	16	14,9	11,7	19,5	16,7	12,1	18,7	1,0	-4,3
Outras ativ.	3,8	2,9	7,3	3,9	3,5	8,1	6,2	9,3*	24,9
Não Ocup. - Proc. Empr.	11,2	11,0	16,2	20,4	23,8	31,0	29,8	17,8***	15,0

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RÛRBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Outro aspecto a ser salientado na Tabela 4, refere-se aos ramos de atividades não-agrícolas que mais cresceram nas áreas rurais do Rio Grande do Sul no período analisado. Os dois ramos de melhor desempenho foram a indústria da transformação e o da prestação de serviços, devido ao número significativo de ocupações que geram. Mas o crescimento das atividades não-agrícolas das pessoas domiciliadas em áreas rurais ocorreu de modo mais intenso em ramos como o da indústria da transformação (aumento de 19 mil entre 1992-99), indústria da construção (10,6 mil), transporte e comunicação (8 mil) e serviços auxiliares (7 mil). As taxas relativas de crescimento anual dos diferentes ramos variaram bastante no período entre 1992-99. A indústria da transformação registrou taxa significativa (de 8,5%) apenas no intervalo 1996-99, mas o melhor desempenho ficou por conta do ramo dos serviços auxiliares de atividades econômicas (advogados, admi-

nistradores, publicitários, etc), seguido da indústria da construção e do ramo de transporte e comunicação (variação anual de 16,8%, 8,2% e 7,2%, nesta ordem).

## 5 OS EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO SOBRE AS FAMÍLIAS RURAIS

As alterações no mercado de trabalho rural, analisadas sob a ótica da população economicamente ativa, podem ser melhor apreciadas quando se analisa os efeitos sobre a ocupação das famílias rurais. Conforme já assinalado em outros trabalhos (SCHNEIDER, 2003a; 2003b), a combinação de ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas por parte dos membros de uma mesma família rural tem sido denominada na literatura como pluriatividade. A Tabela 5, apresenta a evolução do número de famílias no Rio Grande do Sul. A primeira constatação é de que o número de famílias com domicílio rural cresceu a uma taxa de apenas 0,8% a.a. no período de 1992 a 1999, ao passo que a taxa de crescimento das famílias no Estado, ao longo da década de 1990, foi de 2% a.a. e das famílias residentes em áreas urbanas chegou a expressivos 2,3% a.a.. Quando se observa a dinâmica de crescimento das famílias segundo o corte metro e não-metropolitano, curiosamente, observa-se uma taxa de crescimento de 5,1% a.a. nas áreas rurais da região metropolitana e de 2,5% a.a. nas áreas urbanas da região não-metropolina. Este comportamento vai na direção do novo modelo de urbanização a que se assiste, caracterizado pelo crescimento populacional nas franjas e periferias da região metropolitana (entre outras razões, devido à elevada valorização do solo urbano), e pela concentração populacional nos espaços urbanos da região não-metropolitana.

Tabela 5 - Rio Grande do Sul. Evolução das famílias segundo a situação do domicílio e a área censitária - 1992-99 (1.000 famílias).

Área/ Setor principal	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Tx. de crescimento% aa	
								1992-99	1996-99
Total de famílias RS	2.584,43	2.664,34	2.792,09	2.829,30	2.862,80	2.929,97	2.989,92	2,0***	1,7***
Total Urbano	2.039,51	2.115,43	2.237,81	2.273,84	2.303,54	2.362,80	2.410,88	2,3***	1,9***
Total Rural	544,92	548,90	554,28	555,46	559,26	567,17	579,04	0,8***	1,1***
Área									
Urbana	848,00	868,58	918,85	924,75	939,24	950,39	990,21	2,1***	1,8***
Rural	33,80	37,18	38,88	42,55	41,72	46,05	49,61	5,1***	5,8***
Área Não-									
Urbana	1.191,52	1.246,85	1.318,96	1.349,10	1.364,30	1.412,41	1.420,68	2,5***	2,0***
Rural	511,12	511,72	515,40	512,90	517,54	521,12	529,43	0,4***	0,7***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Junho/2001.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Especificamente em relação ao que ocorre nas áreas rurais, que é o que interessa realçar neste trabalho, observa-se que no ano de 1999 o Rio Grande do Sul possuía cerca de 579 mil famílias residentes no espaço rural, sendo que dessas cerca de 529 mil tinham residência nas áreas rurais não-metropolitanas e 49,61 mil na área rural de região metropolitana do Estado. Considerando-se que as famílias que possuem domicílio na área rural da região não-metropolitana representam 91,36% do total das famílias rurais do Rio Grande do Sul, considera-se adequado focalizar esta parcela majoritária no espaço deste trabalho.

Com o objetivo de detalhar estas informações, a Tabela 6, a seguir, apresenta a evolução das famílias residentes na área rural não-metropolitana, segundo categorias sócio-profissionais (posição na ocupação) e ocupacionais para o período de 1992-1999<sup>8</sup>. Um primeiro olhar sobre a Tabela indica que ocorreram transformações significativas nos tipos de famílias, verificando-se uma diminuição no número de famílias de contatos próprios, que se reduziram de 314,41 mil, em 1992, para 285,95, em 1999. As famílias da categoria de empregados cresceram no mesmo período, passando de 131,70 para 168,73 mil. Entretanto, quando se observa o tipo de ocupação dos membros das famílias, o que permite classificá-las em três tipos, percebe-se que ocorrem diferentes dinâmicas, de acordo com as características de cada qual, quer seja agrícola, pluriativa ou não-agrícola. Resumidamente, os dados indicam que das 529,43 mil famílias que em 1999 possuíam domicílio na área rural da região não-metropolitana, 270,1 mil (51,1%) eram exclusivamente agrícolas, 88,9 mil (16,79%) pluriativas e 120,03 mil (22,67%) ocupadas exclusivamente em atividades não-agrícolas, além das 50,4 mil não-ocupadas.

Tabela 6 - Rio Grande do Sul. Evolução das famílias segundo a situação do domicílio (rural não-metropolitano), a área censitária e o tipo de família - 1992-99 (1.000 famílias).

ÁREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	1992/99 % a.a.	1995/99 % a.a.
Rural Não Metropolitano	511,12	511,72	515,40	512,90	517,54	521,12	529,43	0,4***	0,7***
Empregador total	30,26	28,43	27,61	20,82	36,08	19,93	24,35	-3,3	-2,9
Agricultora	12,89	13,08	7,48	10,41	16,92	9,11	9,06	-3,3	2,5
Pluriativo	14,01	10,23	14,38	5,78	10,14	5,13	7,93	-9,7*	-12,3
Não-agrícola	3,36	5,12	5,75	4,63	9,02	5,70	7,36	9,6**	7,3

continua...

<sup>8</sup> A família é considerada empregadora quando pelo menos um de seus membros declarou estar nessa posição na semana de referência. É considerada família de empregados se pelo menos um membro se declarou empregado e nenhum como empregador. As famílias de conta-própria são aquelas em que nenhum membro se declarou empregador e tampouco empregado enquanto as famílias não-ocupadas são aquelas em que nenhum dos seus membros se declarou ocupado na semana de referência

...continuação

AREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	1992/99 % a.a.	1995/99 % a.a.
Conta Própria	314,41	318,97	318,67	326,13	295,42	307,54	285,95	-1,2*	-2,7**
Agrícola	202,89	227,42	212,83	223,20	198,44	206,17	190,26	-1,3	-3,0**
Pluriativo	94,71	69,94	76,50	67,67	64,27	71,76	58,32	-4,6***	-4,7*
Não-agrícola	16,81	21,61	29,34	35,27	32,71	29,62	37,37	10,4***	3,1
Empregados	131,70	130,79	125,98	128,37	143,76	149,79	168,73	3,3***	7,7***
Agrícola	65,57	54,59	57,52	45,68	53,56	60,36	70,78	0,7	7,2*
Pluriativo	19,06	22,18	14,38	23,71	21,98	14,24	22,65	-0,2	4,1
Não-agrícola	47,08	54,02	54,07	58,98	68,22	75,19	75,30	7,0***	9,5***
Não Ocupados	34,75	33,54	43,14	37,59	42,29	43,86	50,40	5,1***	4,8*

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Junho/2001.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A Tabela 6 também mostra que as famílias ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas apresentaram queda em todas as categorias, desde empregadores, conta-própria ou empregados agrícolas, aspecto que parece corroborar o que foi exposto anteriormente em relação à queda geral dos ativos ocupados na agricultura e com domicílio em áreas rurais. As famílias pluriativas, por sua vez, também apresentaram queda significativas nas categorias de empregadores e conta-própria, registrando um pequeno aumento absoluto na categoria das famílias de empregados (passando de 19 mil em 1992 para 22,65 mil em 1999). Já as famílias não-agrícolas, contudo, apresentaram taxas de crescimento expressivas para todas as categorias apresentadas na Tabela acima, com destaque para as famílias de empregados não-agrícolas que passaram de 47 mil, em 1992, para cerca de 75 mil, em 1999, registrando uma taxa de crescimento de 7% a.a. no período de 1992-1999.

Especificamente em relação às 286 mil famílias de ocupados por conta-própria, que representam os agricultores familiares e são, individualmente, a categoria mais numerosa das famílias com residência nas áreas rurais não-metropolitanas do Rio Grande do Sul, verifica-se que em 1999, 58,32 mil já eram pluriativas. Para este grupo social, em sua maioria formado por agricultores familiares, a combinação de ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas, que é o que configura a pluriatividade, reveste-se de grande relevância para manutenção e geração de novas oportunidades de trabalho no meio rural. Conforme se viu anteriormente, as atividades agrícolas caminham na direção inversa, pois são desempregadoras de mão-de-obra e, por isso, contribuem como causa principal para a expulsão da população do meio rural da região não-metropolitana.

Analisando-se com mais atenção a categoria das famílias de conta-própria, observa-se que há um crescimento relevante destas famílias ocupadas em atividades não-

agrícolas, que passaram de 16,81 mil, em 1992, para 37,37 mil, em 1999, com uma taxa de crescimento de 10,4% a.a. Já as famílias de conta-própria ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas – também chamadas em outros estudos de famílias “monoativas” – registraram um crescimento negativo no mesmo período, reduzindo-se de cerca de 202 mil em 1992 para 190 mil em 1999.

Entretanto, vale a pena insistir, este crescimento das atividades não-agrícolas não deve ser, imediatamente, associado ao aparecimento da pluriatividade nas famílias rurais. Esta talvez seja a explicação para as taxas negativas de crescimento das famílias pluriativas no Rio Grande do Sul durante o período 1992-99, sobretudo no que se refere às famílias ocupadas por conta-própria (os agricultores familiares) e as empregadoras<sup>9</sup>. O crescimento das atividades não-agrícolas pode estar relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. A pluriatividade, por sua vez, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Embora não exclusivamente, a pluriatividade é um fenômeno que pode ser observado com maior intensidade entre os agricultores familiares, especialmente naquelas regiões onde esta forma social possui uma história de ocupação do espaço e do território.

A Tabela 7, a seguir, mostra a evolução das rendas *per capita* das famílias residentes na área rural não-metropolitana do Rio Grande do Sul, no período de 1995 a 1999. O que se denota é que as rendas das famílias não-agrícolas em geral são as mais elevadas, quando comparadas às rendas das famílias agrícolas e pluriativas. Sobretudo para a categoria dos conta-próprios, as rendas não-agrícolas são superiores, seguidas das rendas das famílias pluriativas e das famílias de conta-própria agrícolas, que são as que apresentam menores rendas. Neste sentido, parece plausível acreditar que tanto a redução do número de famílias exclusivamente agrícolas como o crescimento negativo das famílias pluriativas no Rio Grande do Sul, que fazem a combinação agrícola e não-agrícola, podem ser explicados pelos rendimentos mais atraentes oferecidos pelas ocupações não-agrícolas.

<sup>9</sup> Este fenômeno também foi registrado em Santa Catarina por Mattei (2002).

Tabela 7 - Rio Grande do Sul. Evolução da renda familiar per capita por situação do domicílio (rural não-metropolitano), área censitária e tipo de família- 1992-99 (em 1.000)

AREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	1995/99 % a.a.
Rural Não Metropolitano	169,10	158,51	160,80	160,24	176,54	1,0
Empregador total	531,44	291,99	321,46	472,64	582,39	6,9
Agrícola	248,23	356,84	345,65	411,31	409,93	12,1 ***
Pluriativo	699,01	252,66	264,23	508,50	603,88	4,2
Não-agrícola	371,54	228,21	342,13	535,39	729,65	24,6 *
Conta Própria	153,77	163,14	154,87	155,94	177,64	2,5
Agrícola	137,02	154,15	145,88	138,04	150,11	0,7
Pluriativo	178,91	183,02	182,58	161,75	222,13	3,1
Não-agrícola	195,80	174,28	147,05	249,72	241,51	8,1
Empregados	120,46	125,93	130,04	126,36	121,07	0,1
Agrícola	80,96	87,08	90,97	80,22	83,78	-0,1
Pluriativo	123,44	135,53	139,50	108,34	114,36	-3,7
Não-agrícola	164,80	149,17	156,19	168,53	158,38	0,4
Não Ocupados	156,20	154,04	162,52	157,56	143,46	-1,5

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Junho/2001.\*\*\*,\*\*,\* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs: Valores em reais de Setembro/99.

## 6 A PLURIATIVIDADE DAS FAMÍLIAS RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BARÃO/RS

Com base nestas informações, extraídas dos dados secundários das PNADs, acerca das transformações mais gerais do mercado de trabalho rural gaúcho no período recente, é que se percebeu a necessidade de elaborar estudos mais detalhados que permitissem aprofundar os conhecimentos sobre a forma pela qual as famílias estão assimilando estas mudanças e de que modo viabilizam a sua reprodução social no meio rural.

Estes questionamentos constituíram-se no ponto de partida da Fase III do projeto Rurbano, iniciada em 2001, que previa justamente a realização de estudos de caso com pesquisa quantitativa. No Rio Grande do Sul, realizou-se um estudo de caso no município de Barão, situado entre as microrregiões do Vale do Caí e da Encosta Inferior da Serra do

Nordeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa de campo pretendia levantar dados primários com o objetivo de aprofundar os estudos sobre as transformações nas formas de ocupação e emprego em atividades agrícolas e não-agrícolas da população rural do Rio Grande do Sul.

A escolha do município de Barão decorreu, basicamente, de dois fatores: primeiro, a existência de um conhecimento prévio das características do local e da região. Segundo, devido ao interesse em ampliar a base de dados e os conhecimentos empíricos sobre o fenômeno da pluriatividade na região do Vale do Rio Caí, que já fora alvo de estudos anteriores, embora sem o alcance da presente experiência (SCHNEIDER, 1999). O município de Barão enquadra-se nos pré-requisitos definidos pela coordenação nacional do Projeto Rurbano, pois trata-se de município que conta com expressiva presença da população rural e situa-se fora de região metropolitana.

A elaboração da amostra ocorreu aleatoriamente através de sorteio, resguardando-se chance igual para qualquer domicílio da localidade vir a integrar a amostra a ser entrevistada. A realização do trabalho de campo no município de Barão compreendeu a aplicação de 63 questionários. A unidade de análise da pesquisa de campo foi o domicílio, razão pela qual não se pode fazer uma associação direta entre esta amostra e o número total de estabelecimentos agrícolas existentes no município, que são um total de 907. A composição da amostra de 63 domicílios entrevistados abrangeu 226 pessoas, sendo 49,6% homens e 50,4% mulheres. Deste total, 19,9% tem até 14 anos, 71,3% tem idade entre 14 e 65 anos e 8,8% possuem acima de 65 anos.

Tendo em vista que o propósito desta pesquisa consistia em analisar a diversidade da estrutura agrária local e as múltiplas formas de inserção produtiva e ocupacional dos agricultores nos mercados de trabalho agrícola e não-agrícola, a organização dos dados coletados obedeceu a um recorte considerado adequado a estes objetivos. Assim, o conjunto dos 63 domicílios entrevistados foi dividido segundo o critério de tipo de ocupação dos membros da família, visando separar as famílias exclusivamente agrícolas (aqueles em que nenhum membro da família possui uma segunda atividade), das famílias pluriativas (consideradas aqueles em que pelo menos um dos membros possui, além da agricultura, uma outra atividade) e das famílias ocupadas em atividades não-agrícolas.

A Tabela 8 indica que do total de 63 domicílios pesquisados em Barão 36,5% são agrícolas, 46% são pluriativos e 14,3% dedicam-se exclusivamente a atividades não-agrícolas, na semana em que foi realizada a entrevista<sup>10</sup>. Outra informação relevante que consta da Tabela indica que do total de 226 pessoas que integram esta amostra, 118 (52,2%) são pluriativas, o que representa mais de metade das pessoas. Levando-se em

<sup>10</sup> Atenção: afim de não parecer estranho e mesmo inadequado, cabe salientar que quando se utiliza o termos domicílio agrícola, pluriativo ou não-agrícola, na verdade, se está fazendo referência aos indivíduos residentes nestas unidades. A utilização desta nomenclatura ocorre porque a unidade de análise da pesquisa são os domicílios.

conta a metodologia de cálculo e definição da amostragem da pesquisa e tendo como referência o conhecimento empírico do município de Barão, e até mesmo da microrregião do Vale do Caí, esta classificação parece estar ajustada à realidade local. Ou seja, não surpreende o fato de que uma parcela significativa dos domicílios localizados na área definida como rural sejam pluriativos ou ocupados exclusivamente em atividades não-agrícolas. Estes últimos, sobretudo, que compreendem 14,3% dos domicílios e 17,3% das pessoas, configuram um fenômeno que já havia sido apontado em trabalhos anteriores do Projeto Rurbano, para outras regiões brasileiras, que é o fato de que em muitas localidades o espaço rural está se tornando um local de moradia de jovens famílias.

Tabela 8 - Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Barão.

Tipos de Famílias/ Atividade da Família na Semana	Domicílios		Pessoas	
	Número	%	Número	%
Agrícola	23	36,5	65	28,8
Pluriativo	29	46,0	118	52,2
Não-agrícola	9	14,3	39	17,3
Não-ocupado	2	3,2	4	1,8
Total	63	100,0	226	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Considerando-se que a pluriatividade compreende o fenômeno da combinação de ocupações laborais pelos membros de uma mesma família em atividades agrícolas e não-agrícolas, na proporção de pelo menos um indivíduo exercendo esta combinação, pode-se afirmar que esta é uma prática relevante no meio rural do município de Barão. Tal como indicado na seção anterior, tais características das famílias rurais decorrem, em larga medida, do contexto da economia local onde se situa o município. Conforme salientado, trata-se de uma região, o Vale do Caí, onde a presença de indústrias do setor coureiro-calçadista e outras representam uma importante fonte de empregos para a população. Em face da proximidade entre as residências e os locais onde se situam estas indústrias, é muito freqüente verificar-se o deslocamento diário de membros das famílias que residem no meio rural para o trabalho nestas atividades não-agrícolas.

As Tabelas 9 e 10, a seguir, apresentam a distribuição dos domicílios segundo o número de residentes e a distribuição das pessoas segundo o número de residentes por domicílio. Cabe lembrar que o número médio de residentes por domicílio da amostra é de 3,6 pessoas, o que na Tabela 9 fica evidenciado pelo fato de que são poucos os domicílios em que habitam somente 1 ou 2 pessoas. Na Tabela 10, pode-se observar que há uma diferença entre os domicílios pluriativos e os agrícolas. À medida que amplia-se

o número de pessoas residentes por domicílio, notadamente acima de 3 membros, percebe-se que os domicílios pluriativos aumentam mais do que o dobro em relação aos agrícolas. Isto explica porque na distribuição dos domicílios segundo o número de residentes a diferença entre agrícolas e pluriativos seja de apenas 9,5% (de 23 para 29 residentes ou de 36,5% para 46%, na Tabela 9), mas na distribuição de pessoas por domicílio esta diferença salta de 65 pessoas para 118 (proporcionalmente 28,8% contra 52,2%), o que significa que mais da metade do total de residentes (226 ao todo) da amostra residia em domicílio pluriativos.

Tabela 9 - Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Barão

Tipos de Famílias	1 residente	2 residentes	3 a 4 residentes	5 ou mais residentes	Total	
					Domicílios	%
Atividade da Família na Semana						
Agrícola	4	7	9	3	23	36,5
Pluriativo	0	3	17	9	29	46,0
Não-agrícola	0	0	7	2	9	14,3
Não-ocupado	0	2	0	0	2	3,2
Total	4	12	33	14	63	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Tabela 10 - Distribuição das pessoas residentes segundo o número de residentes por domicílio. Barão.

Tipos de Famílias	1 residente	2 residentes	3 a 4 residentes	5 ou mais residentes	Total	
					Pessoas	%
Atividade da Família na Semana						
Agrícola	4	14	30	17	65	28,8
Pluriativo	0	6	63	49	118	52,2
Não-agrícola	0	0	25	14	39	17,3
Não-ocupado	0	4	0	0	4	1,8
Total	4	24	118	80	226	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Em outro trabalho (SCHNEIDER, 2003a), já havia sido demonstrado que uma das características que distinguem famílias pluriativas de outras que não fazem uso da combinação de atividades é justamente o número de membros que compõem estas unidades. As famílias pluriativas tendem a ser maiores e ter um número expressivo de membros, ao passo que as famílias exclusivamente agrícolas são, no geral, menos

numerosas. Essa característica reveste-se de uma importância fundamental à dinâmica de funcionamento destas unidades e à adoção de estratégias de inserção profissional e produtivas, pois um número pequeno de membros dificulta e obsta a busca de trabalhos complementares. Também por esta razão, as famílias pluriativas tendem a ser mais jovens que as agrícolas.

Em relação à escolaridade observa-se uma diferença significativa entre os tipos de domicílios. Os agrícolas são os que possuem uma escolaridade mais baixa, pois 17,4% são analfabetos ou semi-analfabetos, ao passo que os não-agrícolas são os que possuem uma proporção relativa mais elevada (11,1%) em relação a ter pelo menos um membro com curso superior. Comparando-se os domicílios agrícolas com os pluriativos as diferenças não são tão acentuadas, especialmente em relação ao ensino básico de 1º grau. Contudo, em relação ao grau médio e superior (nível universitário) de escolaridade, apenas 13% dos membros de domicílios agrícolas possuem pelo menos um membro com 2º grau e nenhum com curso superior. Já os pluriativos possuem 17,2% com pelo menos um membro com ensino médio e 10,3% com curso superior, conforme indica a Tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição dos domicílios amostrados segundo a escolaridade dos residentes.

Tipos de Famílias	Somente analfabetos ou semi-analfabetos (%)	Pelo menos 1 membro com 1º grau e nenhum acima (%)	Pelo menos 1 membro com 2º grau e nenhum acima (%)	Pelo menos 1 membro com curso superior (%)	Outras combinações (%)
Ativ. Família na Sem.					
Agrícola	17,4	13,0	13,0	0,0	56,5
Pluriativo	0,0	13,8	17,2	10,3	58,6
Não-agrícola	0,0	0,0	44,4	11,1	44,4
Não-ocupado	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

## 7 AS RENDAS NOS DOMICÍLIOS AGRÍCOLAS, PLURIATIVOS E NÃO-AGRÍCOLAS

Desde longa data, os pesquisadores do Projeto Rurbano vêm realçando a necessidade de realização de pesquisas empíricas com levantamento de dados primários a campo. Uma das principais justificativas apresentadas em relação a esta convicção é a questão da importância das rendas não-agrícolas *vis-a-vis* as agrícolas. Vários estudiosos,

no geral críticos ou refratários em relação ao papel da pluriatividade rural brasileiro, têm destacado de forma reiterada, que a busca das atividades não-agrícolas pelas famílias rurais seria um fenômeno pouco importante e até mesmo efêmero, dada a crise vivida pela própria atividade agrícola no período recente. Portanto, para estes críticos não há nenhuma justificativa plausível para se estimular estas atividades com políticas públicas, dado que se trataria de formas de ampliação da precarização do trabalho no meio rural brasileiro.

Em relação ao município de Barão, a primeira informação acerca dos rendimentos domiciliares das famílias pesquisadas revela que, na sua ampla maioria, 77,7% (49 domicílios de um total de 63 do universo amostrado), recebem rendimentos anuais per capita superiores a 10 salários mínimos, conforme indica a soma das linhas na última coluna da Tabela 12. Deste total, 44,4% recebem entre 10 e 20 e 33,3% acima de 20 salários mínimos ao ano. Isto significa uma renda média mensal por domicílio entre 1 e 2 salários. Em apenas 20,6% dos domicílios a renda anual situa-se na faixa entre 5 e 10 salários. Em face destes indicadores de renda mensal e anual, pode-se afirmar que as famílias que possuem domicílio rural, na sua ampla maioria, recebem mais de 1 salário mínimo mensalmente.

Tabela 12 - Tipo de ocupação da família na semana de referência segundo faixas de rendimento familiar anual per capita. Outubro 2000 a Setembro de 2001, Barão.

Rendimento Anual Familiar per capita	Tipo de Atividade da Família na Semana de Referência									
	Agrícola		Pluriativos		Não-Agrícolas		Inativos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 1 salário mínimo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1 a menos de 2 sal. mín.	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2 a menos de 5 sal. mín.	0	0,0	1	1,6	0	0,0	0	0,0	1	1,6
5 a menos de 10 sal. mín.	6	9,5	6	9,5	1	1,6	0	0,0	13	20,6
10 a menos de 20 sal. mín.	11	17,5	11	17,5	4	6,3	2	3,2	28	44,4
20 ou mais sal. mín.	6	9,5	11	17,5	4	6,3	0	0,0	21	33,3
Sem rendimento	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	23	36,5	29	46,0	9	14,3	2	3,2	63	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Obs: O valor de um salário mínimo de setembro de 2001 valia a R\$ 180,00.

Contudo, quando se pretende responder objetivamente a uma das indagações fundamentais que motivaram a realização dos estudos de caso quantitativos em municípios da pesquisa, que se refere ao nível e à composição das rendas domiciliares das famílias agrícolas bem como compreender o papel da pluriatividade na formação dessas rendas,

é preciso analisar a tabela acima sob outro ponto de vista. Neste caso, a comparação deve ser feita entre os domicílios agrícolas, que representam 36,5% (23), e os pluriativos, que representam 46% (29 no total). Interessante verificar que entre os domicílios agrícolas e pluriativos não há diferença em relação ao rendimento familiar per capita com exceção da faixa acima dos 20 salários mínimos, onde os domicílios pluriativos representam quase o dobro dos agrícolas.

A Tabela 13, a seguir, apresenta os dados sobre os rendimentos médios dos domicílios entrevistados no município de Barão, no Rio Grande do Sul. Comparando-se os três tipos de domicílios, percebe-se que a renda domiciliar total das unidades agrícolas é de R\$ 7.716, o que chega a ser quase a metade da renda domiciliar das famílias pluriativas, que é de R\$ 13.692. As rendas dos domicílios onde os residentes estão exclusivamente ocupados em atividades não-agrícolas chega a R\$ 15.784, um pouco mais do que o dobro das agrícolas.

Este mesmo padrão repete-se quando se analisa a renda domiciliar de todos os trabalhos e a renda líquida domiciliar, em que novamente percebe-se que a remuneração do trabalho agrícola, especificamente, representa apenas a metade da remuneração auferida pelos domicílios pluriativos e um pouco menos da metade em relação aos não-agrícolas. Este dado evidencia, claramente, que a busca de uma atividade não-agrícola, na ampla maioria dos casos, representa uma melhor remuneração pelo trabalho, contradizendo, portanto, a tese acima referida.

Tabela 13 - Rendimentos médios dos domicílios da amostra no ano de outubro/2000 a setembro/2001. Barão.

Tipos de Famílias	Renda Domiciliar Total	Renda Domiciliar do Trabalho	Renda Domiciliar de Outras Fontes	Renda Domiciliar dos Inativos	Renda Líquida Domiciliar Total
	Média (R\$)	Média (R\$)	Média (R\$)	Média (R\$)	Média (R\$)
Atividade Família Semana					
Agrícola	7.716,00	4.265,57	3.356,52	93,91	5.769,45
Pluriativo	13.692,90	10.197,90	2.950,45	544,55	10.199,25
Não-agrícola	15.784,44	14.166,67	1.617,78	0,00	11.840,41
Não-ocupado	5.037,50	0,00	3.762,00	1.275,50	4.799,25

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Mas há ainda que referir, com base na Tabela 13, acima, aos rendimentos domiciliares de outras fontes e dos inativos. No primeiro caso, percebe-se claramente que as rendas das unidades agrícolas acabam se beneficiando largamente de outras fontes de rendas, como aluguéis de imóveis, remessas e contribuições de outros membros da família, etc; o que acaba sendo decisivo para elevar a sua renda total, tornando-a menos

dependente do trabalho principal. Também são importantes as rendas obtidas com transferências sociais, como aposentadorias e pensões, aos inativos. Neste caso, é nítida a discrepância entre as rendas domiciliares das unidades agrícolas (R\$ 93,91) em relação as pluriativas (R\$ 544,55). Neste sentido, é possível que o acesso à previdência seja um importante estímulo para aqueles que pretendem trocar o trabalho agrícola por outro não-agrícola.

Ainda com relação ao significado das rendas não-agrícolas para o conjunto das receitas dos domicílios amostrados, a Tabela 14 mostra que a proporção das rendas não-agrícolas sobre a renda total das unidades pluriativas chega a 48,5% ao passo que a renda agrícola alcança apenas 27,7%. Neste sentido, é possível afirmar que em caso de uma crise ou uma adversidade qualquer, este tipo de família, provavelmente, abandonaria a atividade agrícola, pois é notória a dependência financeira que estas unidades possuem em relação aos rendimentos auferidos em ocupações não-agrícolas. Da mesma forma, este dado explica por que estão equivocados os estudiosos que continuam a afirmar que a pluriatividade é uma situação transitória ou efêmera, pois dada a elevada dependência que as unidades domésticas passam a ter desta fonte de renda, torna-se remota a possibilidade de que venham a abandonar a atividade que lhes fornece o principal de suas receitas.

Tabela 14 - Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total. Setembro de 2001, Barão.

Fonte dos Rendimentos	% Rendimento
Rendimento das ocupações secundárias / renda total	3,7
Rendimento de todas ocupações / renda total	71,7
Rendimento de outras fontes / renda total	25,4
Rendimento das ocupações secundárias / renda ocupações	5,4
Rendas não-agrícolas / renda total <sup>a</sup>	48,5
Rendas agrícolas / renda total <sup>a</sup>	27,7

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

<sup>a</sup> - rendas das ocupações e dos rendimentos anuais variáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se apresentar uma definição do fenômeno da pluriatividade, definido pela situação em que as famílias residentes em áreas rurais que possuem uma inserção produtiva no setor agropecuário passam a combinar esta atividade com outras não-agrícolas. As formas desta combinação são variáveis e heterogêneas, podendo ocorrer dentro ou fora do estabelecimento rural, não sendo portanto possível

uma definição universal.

Também foi apresentada a importância crescente que as atividades não-agrícolas estão assumindo em diferentes contextos, regiões e países, já sendo possível afirmar que existe uma segmentação do mercado de trabalho rural entre ocupações agrícolas e não-agrícolas. Na maioria das vezes, são as atividades não-agrícolas que geram novas oportunidades de ocupação e renda, sendo possível afirmar que já se trata de uma estratégia de reprodução das famílias rurais.

Não obstante a importância do crescimento das atividades não-agrícolas e a difusão do fenômeno da pluriatividade, o trabalho também chama a atenção para a necessidade dos analistas não caírem em um dedutivismo analítico, pois nem sempre o aumento das ocupações sem atividades não-agrícolas gera famílias que são pluriativas. Neste sentido, sugere-se tomar cuidado para não confundir o que é próprio e específico das mudanças nos mercados de trabalho, notadamente a ampliação das ocupações não-agrícolas, do fenômeno da pluriatividade, que somente ocorre em situações em que a família e seus membros constituintes decidem manter uma dupla inserção ocupacional, combinando o exercício de atividades agrícolas com outras ocupações não-agrícolas.

Muito embora tenha-se enfatizado que o mercado de trabalho rural brasileiro e especialmente o gaúcho tenha passado por significativas mudanças durante a década de 1990, que no geral afetaram as ocupações agrícolas, cabe frisar que nem por isto a importância da agricultura na economia deve ser minimizada e muito menos desprezada<sup>10</sup>. Apenas como exemplo, vale citar o caso do Rio Grande do Sul, onde no ano 1999 o emprego agrícola ainda representava 69,17% do total da PEA rural ocupada e 16,9% da PEA total do Estado. É necessário, portanto, tomar em consideração a sugestão de Echeverria (2000, p. 217), que afirma que embora se deva reconhecer que a agricultura está perdendo importância no espaço rural de muitos países da América Latina, ela ainda é fundamental para estimular muitas economias locais e pode contribuir decisivamente para a redução da pobreza rural. Não obstante ter-se indicado que está em curso um processo de alteração estrutural do mercado de trabalho rural, cuja marca central é a diminuição do número de ativos rurais, parece inequívoco que as atividades agrícolas e as distintas formas de exercício das ocupações agropecuárias continuarão a ter uma importância decisiva.

Mas cabe ainda um breve comentário adicional sobre o papel das atividades não-agrícolas. Conforme amplamente demonstrado a partir das análises dos dados das PNADs, o crescimento das atividades rurais não-agrícolas no Brasil não pode ser interpretado como um fenômeno marginal de pouca expressão numérica ou reduzida relevância sócio-econômica. Mais do que isto, neste trabalho insistiu-se na necessidade de diferenciar a dinâmica do mercado de trabalho e a pluriatividade propriamente dita, pois esta é uma característica que decorre da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no seio de uma mesma família, cujas razões são variáveis e dinâmicas.

É em virtude desta nova abordagem que o fenômeno da pluriatividade das famílias rurais poderá emergir como um tema de maior interesse acadêmico e maiores possibilidades de virem a surgir políticas públicas que apoiem este tipo de iniciativa. Em outros trabalhos (SCHNEIDER, 2003b), estudou-se o papel da pluriatividade como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar em regiões do Sul do Brasil.

Ainda que da avaliação preliminar dos dados da pesquisa de campo, realizada no município gaúcho de Barão, não possam ser extraídas conclusões mais abrangentes, pode-se sublinhar o fato de que do total de 63 domicílios que compuseram a amostra 45% são domicílios pluriativos, 36% são exclusivamente agrícolas e 14,3% dedicam-se exclusivamente a atividades não-agrícolas, embora estejam localizados na área rural do município. Quando tomadas as pessoas que residem nestes domicílios, os resultados são ainda mais afirmativos, indicando que nada menos do que 52,2% dos indivíduos que neles residem podem ser classificados, para efeito da ocupação que exerciam na semana em que foram entrevistados, como pluriativos.

Estes dados sobre a pluriatividade em Barão são bem mais expressivos do que em relação ao Rio Grande do Sul, pois no conjunto do Estado os dados das PNADs indicam que das 529,43 mil famílias que em 1999 possuíam domicílio na área rural da região não-metropolitana (que representam 91,36% do total das famílias com domicílio em áreas rurais do Estado), 16,79% (88,9 mil) eram pluriativas, 51,1% (270,1 mil) eram exclusivamente agrícolas e 22,67% (120,03 mil) ocupadas exclusivamente em atividades não-agrícolas, além das 50,4 mil (9%) não-ocupadas.

Para resumir algumas características apuradas no estudo de caso, cabe destacar que o número médio de residentes por domicílio da amostra pesquisada foi de 3,6 pessoas por unidade. Comparativamente, verificou-se que as famílias pluriativas tendem a ser maiores e ter um número expressivo de membros, ao passo que as famílias exclusivamente agrícolas no geral são menos numerosas. Tal característica reveste-se de uma importância fundamental à dinâmica de funcionamento destas unidades e à adoção de estratégias de inserção profissional e produtiva, pois um número pequeno de membros dificulta e obsta a busca de trabalhos complementares.

Em relação à escolaridade observou-se que quase 70% do total das pessoas residentes nos domicílios amostrados estudaram de 4 a menos de 8 anos e 20% possuíam até 4 anos de estudo. Entre os que estudaram de 4 a menos de 8 anos, a proporção mais significativa fica por conta dos pluriativos (34,9%), sobretudo, daqueles que exercem uma segunda atividade não-agrícola qualificada (17,5%).

No que se refere aos rendimentos domiciliares das famílias pesquisadas no município de Barão, os dados revelam que, na sua ampla maioria, 77,7% (49 domicílios de um total de 63 do universo amostrado) dos domicílios recebem rendimentos anuais per capita superiores a 10 salários mínimos. Deste total, 44,4% recebem entre 10 e 20 e 33,3% acima de 20 salários mínimos ao ano. Isto significa uma renda média mensal por

domicílio entre 1 e 2 salários. Em apenas 20,6% dos domicílios a renda anual situa-se na faixa entre 5 e 10 salários. Verificou-se também que entre os domicílios agrícolas e pluriativos não há diferença em relação ao rendimento familiar per capita com exceção da faixa acima dos 20 salários mínimos, onde os domicílios pluriativos representam quase o dobro dos agrícolas. Comparando-se os três tipos de domicílios, percebe-se que a renda domiciliar total das unidades agrícolas é de R\$ 7.716, o que chega a ser quase a metade da renda domiciliar das famílias pluriativas, que é de R\$ 13.692. A renda dos domicílios onde os residentes estão exclusivamente ocupados em atividades não-agrícolas chega a R\$ 15.784, um pouco mais do que o dobro das agrícolas.

Estas informações revelam a natureza das transformações em curso no mercado de trabalho e nas características das famílias rurais, processos já apontados em outros trabalhos (SCHNEIDER, 2003c; GRAZIANO DA SILVA, 1999; DEL GROSSI, 1999; ANJOS, 2000). Elas indicam que a pluriatividade apresenta-se como um fenômeno estável e disseminado nos espaços rurais, mostrando que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no seio de uma mesma família rural é uma característica generalizada na região onde se realizou o estudo de caso.

Neste sentido, os processos de mudança nas formas de trabalho que estão ocorrendo nos espaços rurais assemelham-se em vários sentidos às transformações mais gerais do emprego e da ocupação na sociedade contemporânea. A perda da monoatividade sócio-profissional, as múltiplas formas de inserção no mercado de trabalho, a segmentação crescente dos mercados de trabalho são algumas dessas mudanças que podem ser verificadas. Além disso, os efeitos sociais, psicológicos, identitários e culturais também parecem se assemelhar, pois aquela idéia ou percepção de que a cada família de agricultor corresponderia uma atividade (*métier*) agrícola e uma única fonte de renda está se modificando rapidamente e, com ela, os itinerários sócio-profissionais e da identidades correspondentes. Estas mudanças sociais e culturais constituem-se em temas ainda pouco explorados pelos cientistas sociais e abrem, portanto, uma agenda de novos estudos a serem realizados.

#### REFERÊNCIAS

- BARTHEZ, A. *Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura*. In: ARKLETON RESEARCH. *Cambio Rural en Europa*. Colóquio de Montpellier. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, p. 161-179, 1987.
- BARTHEZ, A. *Famille, travail et agriculture*. Paris: Economica, 1982.
- BERDEGUÉ, J. L.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales no agrícolas. In: ECHEVERRIA, R. G. (Ed.) *Desarrollo de las economías rurales*. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

- BRUN, A.; FULLER, A. *Farm Family Pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom: The Arkleton Research, 1991.
- BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE, G. W. *The Rural Sociology of Agriculture*. New York: Greenwood Press, 1990.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.) *O Novo rural brasileiro*. Jaguariúna/SP: Embrapa Meio Ambiente e UNICAMP, 4 Volumes, 2000.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- CEPAL. *Empleo rural no agrícola y pobreza en América Latina: tendencias recientes*. Documento de discusión. Santiago, Chile, 2000.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia da UNICAMP, Tese (Doutorado em Economia), p. 222, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, N° 11, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 1998.
- ECHEVERRIA, R. G. (Ed.) *Desarrollo de las economías rurales*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.
- FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 6(4): 361-373, 1990.
- FULLER, A. M. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. *Research in Rural Sociology and Development*. Connecticut, Jai Press, 1984.
- FULLER, A.; MACKINNON, N. *Farm Household Activities in Western Europe: some preliminary observations*. In: Rural Change in Europe. Arkleton Research, Second Review Meeting, Waldkirchen, 16-20 July, Braemar, Scotland, p. 415-422, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD: GRAZIANO, J.; MARC, J.; BIANCHINI; debatem “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (orgs.). *O Novo rural brasileiro*. Vol. 1. Jaguariúna/São Paulo: Embrapa/Unicamp, p. 79-101, 2000.
- JANVRY, A.; SADOULET, E. La inversión e desarrollo rural es buen negocio. In: ECHEVERRIA, R. G. (Ed.) *Desarrollo de las economías rurales*. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.
- KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. In: *II Seminário sobre o novo Rural Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2 de outubro, 2001.

- KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en América Latina. Santiago, PREALC/OIT, *Documento de Trabajo*, n° 364, p. 22, 1992.
- MARINI, M.; PIERONI, O. *Relación entre la Familia y el Entorno Social*. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, p. 205-247, 1987.
- MARSDEN, T. Reestructuring Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.29, n.3/4, p.312-317, 1989.
- MARSDEN, T. Towards the Political Economy of Pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, London, v.6, n.4, p.375-382, 1990.
- MARSDEN, T. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v.11, n.03, p. 285-296, 1995.
- MARSDEN, T.; FLYNN, A. Servicing the City: contested transitions in rural realm. *Journal of Rural Studies*, London, v.9, n.3, p.201-204, 1993.
- MATTEI, L. Formas de ocupação das famílias rurais catarinenses na década de 1990. In: XL CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Passo Fundo. *Anais do XL Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. SOBER, v. 1, p. 1-16, 2002.
- NEVES, D. Agricultura familiar e mercado de trabalho. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.8, p.7-25, abr., 1997.
- NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez., 1995.
- NEWBY, H. *Presentación: la familia y la explotación agraria*. In: ARKLETON RESEARCH. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, p. 155-161, 1987.
- REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. L.; ESCOBAR, G. *Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications*. In: World Development, Vol. 29, N° 3, New York, Pergmon, 2001.
- SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura Familiar, Pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil*, Córdoba, Espanha: Tese (doutoramento) Universidad de Córdoba, 2000.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e Industrialização. *Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- SCHNEIDER, S. *Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes*. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá - Colômbia, v. 1, n. 44, p. 11-40, 2000.
- SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S.; RADOMSKY, G. W.; TEIXEIRA, I. A pluriatividade e a dinâmica do mercado

de trabalho rural no Rio Grande do Sul, In: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora/MG. *Anais SOBER em CD Room*, 2003.

SCHNEIDER, S. Pluriatividade e emprego rural no Rio Grande do Sul. *Terceras Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*. Facultad de Ciências Economicas, Universidad de Buenos Aires, 5-7 noviembre, 2003.

SCHNEIDER, S. *Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso)*. In: CARVALHO, F.M.A.; GOMES, M.F.M. e LIRIO, V.S. *Desigualdades Sociais: pobreza, desemprego e questão agrária*. Viçosa, Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2003.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. *Revista de la Cepal*, n°62, p.75-90 (ago), 1997.

Recebido para publicação em 20/05/04

Aceito para publicação em 15/10/04